

PATRICIA HILL COLLINS  
SIRMA BILGE

# INTERSECCIONALIDADE

Tradução: Rane Souza



© desta edição, Boitempo, 2021  
© Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, 2020

Traduzido do original em inglês *Intersectionality* (2. ed., Cambridge, Polity, 2020)

*Direção-geral* Ivana Jinkings  
*Edição* Thais Rimkus  
*Assistência editorial* Carolina Mercês e  
Carolina Hidalgo Castelani  
*Tradução* Rane Souza  
*Preparação* Mariana Echalar  
*Revisão* Fabiana Medina  
*Leitura técnica* Winnie Bueno  
*Coordenação de produção* Livia Campos  
*Capas da edição* Flávia Bomfim (concepção e bordado © 2021)  
e Antonio Kehl (sobre pintura de Sirma Bilge © 2015)  
*Diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio* Alexander Lima, Artur Renzo, Débora Rodrigues, Elaine Ramos,  
Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Kim Doria, Jéssica Soares,  
Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marissol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa,  
Pedro Davoglio, Raí Alves, Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C674i

Collins, Patricia Hill

Interseccionalidade / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane  
Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

Tradução de: Intersectionality

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5717-029-8 (capa pintura)

ISBN 978-65-5717-051-9 (capa bordado)

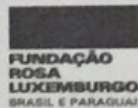
1. 1. Interseccionalidade (Sociologia). 2. Teoria social. 3. Mudança social.  
4. Justiça social. I. Bilge, Sirma. II. Souza, Rane. III. Título.

21-68925

CDD: 303.4

CDU: 316.42

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e  
fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento  
da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva das  
autoras e não representa necessariamente a posição da FRI.

É vedada a reprodução de qualquer  
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2021

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

# 1

## O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

Nos primeiros anos do século XXI, o termo “interseccionalidade” passou a ser amplamente adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais. Estudantes de ensino superior e docentes de áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como da sociologia, da ciência política, da história e de outras disciplinas tradicionais, encontram a interseccionalidade em cursos, livros e artigos teóricos. Ativistas de direitos humanos e representantes do funcionalismo público também transformaram a interseccionalidade em parte das atuais discussões sobre políticas públicas globais. Lideranças de movimentos de base buscam orientação nas variadas dimensões da interseccionalidade para nortear seu trabalho de justiça reprodutiva, iniciativas de combate à violência, direitos da classe trabalhadora e outras questões sociais similares. Blogueiros e blogueiras usam mídias digitais e sociais para influenciar a opinião pública. Docentes do ensino fundamental, assistentes sociais, estudantes do ensino médio, pais e mães, integrantes de equipes de apoio de universidades e escolas adotaram as ideias da interseccionalidade para transformar todos os tipos de instituição de ensino. Nesses diferentes locais, pessoas reivindicam e usam cada vez mais o termo “interseccionalidade” em projetos políticos e intelectuais.

Se perguntássemos a essas pessoas “o que é interseccionalidade?”, ouviríamos respostas variadas e, às vezes, contraditórias. Porém, a maioria provavelmente aceitaria a seguinte descrição genérica:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas

e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.

Começamos este livro reconhecendo a imensa heterogeneidade que caracteriza atualmente o entendimento e o uso da interseccionalidade. Apesar das discussões sobre seu significado, e até se é a melhor escolha, “interseccionalidade” é o termo consagrado. Trata-se de uma expressão cada vez mais usada pelos atores sociais que, por sua vez, aplicam a uma variedade de usos seu próprio entendimento de interseccionalidade. Apesar de todas as diferenças, essa definição ampla sinaliza um consenso sobre como se entende a interseccionalidade.

## USO DA INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

Em geral as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar. Por exemplo, a maioria das faculdades e universidades da América do Norte encara o desafio de transformar seus *campi* em ambientes mais justos e inclusivos. As divisões sociais resultantes das relações de poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade são mais evidentes no ensino superior. Hoje, faculdades e universidades abrigam um número maior de estudantes que, no passado, não tinham condições de pagar pelo ensino superior (questões de classe); ou estudantes que historicamente precisaram lidar com barreiras discriminatórias à matrícula (devido a questões de raça, gênero, etnia, autoctonia, estatuto de cidadania); ou estudantes que enfrentavam diferentes formas de discriminação (questões relativas a orientação sexual, capacidade, religião) nos *campi*. Faculdades e universidades se confrontam com estudantes que desejam equidade, mas trazem experiências e necessidades muito diversas para os *campi*. A princípio, as faculdades estadunidenses recrutavam e atendiam a um grupo por vez, por exemplo, com programas especiais para grupos de origem afro-estadunidense e latina, mulheres, gays, lésbicas, ex-combatentes

de guerra, estudantes que retomam os estudos e pessoas com deficiência. À medida que a lista crescia, tornou-se evidente que essa abordagem de um grupo por vez era lenta e que a maioria dos estudantes se encaixava em mais de uma categoria. A primeira geração de estudantes universitários da família pode incluir pessoas de origem latina, mulheres, pessoas brancas empobrecidas, ex-combatentes de guerra, avôs e avós e mulheres e homens trans. Nesse contexto, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias para a equidade nos campi.

Pessoas comuns fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais. Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. Cada um desses movimentos sociais privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam. As questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos, porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam. As mulheres negras usaram a interseccionalidade como ferramenta analítica em resposta a esses desafios.

A interseccionalidade como ferramenta analítica não está circunscrita às nações da América do Norte e da Europa nem é um fenômeno novo. No Sul global, a interseccionalidade é usada frequentemente como ferramenta analítica, mas não recebe essa denominação. Consideremos o exemplo inesperado de Savitribai Phule (1831-1897), ativista social dalit que desenvolveu um trabalho importante na Índia do século XIX, o qual a colocou na primeira geração de feministas indianas modernas. Em um artigo intitulado “Six Reasons Every Indian Feminist Must Remember Savitribai Phule” [Seis motivos para todas as feministas indianas se lembrarem de Savitribai Phule], publicado em janeiro de 2015, Deepika Sarma sugere:

Eis por que sua memória deve ser preservada. Savitribai Phule entendeu a interseccionalidade. Ela e o marido, Jyotirao, eram firmes defensores da ideologia anticastas e dos direitos das mulheres. Os Phule tinham uma visão de igualdade

social que incluía a luta contra a subjugação das mulheres e defendiam populações adivasis\* e muçulmana. Ela liderou uma greve de barbeiros contra a prática hindu de raspar a cabeça das viúvas e lutou a favor do direito de as viúvas se casarem novamente. Além disso, em 1853, fundou um abrigo para viúvas grávidas. Também se envolveu em outros programas de bem-estar social com Jyotirao, como a fundação de escolas para a classe trabalhadora e populações rurais e o combate à fome através de 52 centros de distribuição de alimento que também funcionavam como internatos. Além disso, cuidou de pessoas atingidas pela fome e pela peste bubônica. Faleceu em 1897, após contrair a peste de seus pacientes.<sup>1</sup>

Savitribai Phule enfrentou muitos dos eixos da divisão social, a saber, casta, gênero, religião, desvantagem econômica e classe. Seu ativismo político compreendia as categorias interseccionais da divisão social – ela não escolheu apenas uma causa.

Esses exemplos sugerem que as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica de maneiras variadas para abordar uma gama de questões e problemas sociais. Outro uso comum da interseccionalidade é como ferramenta heurística ou de resolução de problemas, da mesma maneira que estudantes de ensino superior desenvolveram um interesse comum pela diversidade, ou que as afro-americanas a usaram para abordar seu *status* na política dos movimentos sociais, ou que Savitribai Phule fez avanços nos direitos das mulheres. Embora todas as pessoas que utilizam as estruturas interseccionais pareçam estar sob um grande guarda-chuva, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais.

Neste livro, examinaremos múltiplos aspectos da interseccionalidade. Contudo, por ora, gostaríamos de apresentar três de seus usos como ferramenta analítica. Em consonância com o argumento de Cho, Crenshaw e McCall, segundo o qual “o que faz com que uma análise seja interseccional não é o uso que ela dá ao termo ‘interseccionalidade’ nem o fato de estar situada numa genealogia familiar, nem de se valer de citações padrão”, nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade *faz* e não o que a interseccionalidade *é*”<sup>2</sup>. Os casos que apresentamos sobre o modo como as relações interseccionais de poder caracterizam o futebol internacional, o reconhecimento crescente da desigualdade social global como um fenômeno interseccional

\* Adivasi é uma pequena população aborígine da Índia. (N. T.)

<sup>1</sup> Deepika Sarma, “Six Reasons Every Indian Feminist Must Remember Savitribai Phule”, *The Ladies Finger*, 5 jan. 2015.

<sup>2</sup> Sumi Cho, Kimberlé Williams Crenshaw e Leslie McCall, “Toward a Field of Intersectionality Studies: Theory, Applications, and Praxis”, *Signs*, v. 38, n. 4, 2013, p. 795.

e a ascensão do movimento de mulheres negras brasileiras em resposta a desafios específicos, como o racismo, o sexismo e a pobreza, ilustram diferentes usos da interseccionalidade como ferramenta analítica. Eles sugerem especificamente como a análise interseccional dos esportes joga luz sobre a organização do poder institucional, como a interseccionalidade tem sido usada para identificar problemas sociais, e como as respostas interseccionais às injustiças sociais potencializam o ativismo. Esses casos tanto apresentam as principais ideias das estruturas interseccionais quanto demonstram os diferentes usos da interseccionalidade como ferramenta analítica.

### **Jogos de poder: Copa do Mundo da Fifa**

É impossível saber exatamente quantas pessoas jogam futebol no mundo. No entanto, levantamentos realizados pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) apresentam uma boa estimativa: cerca de 270 milhões de pessoas estão envolvidas no futebol como atletas profissionais, “atletas de fim de semana”, jogadoras e jogadores federados com mais ou menos de dezoito anos, praticantes de futsal, de futevôlei, árbitras, árbitros e autoridades. Trata-se de um vasto conjunto de atletas homens e mulheres tanto amadores quanto profissionais e um público gigantesco, que abarca todas as categorias de raça, classe, gênero, faixa etária, etnia, nacionalidade e capacidade. Se considerarmos crianças e jovens que jogam futebol, mas não praticam atividades organizadas identificáveis pela Fifa, os números crescem consideravelmente.

A ênfase da interseccionalidade na desigualdade social parece muito distante da popularidade global desse esporte. No entanto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para examinar a Copa do Mundo da Fifa mostra como as relações de poder de raça, gênero, classe, nação e sexualidade organizam esse esporte em particular, assim como os esportes de maneira mais ampla. As nações ricas do Norte global e as nações pobres do Sul global oferecem estruturas de oportunidades diferentes para que a juventude frequente a escola, tenha acesso a emprego e pratique esportes, estruturas de oportunidades que privilegiam as nações da Europa e da América do Norte e prejudicam os países do Caribe, da África Continental, do Oriente Médio e alguns países asiáticos e latino-americanos. Essas diferenças nacionais se alinham às diferenças raciais, impedindo que a juventude negra e parda dos países pobres ou das regiões pobres dos países ricos tenha acesso a treinamento e oportunidade de praticar esportes. Meninas e meninos podem querer jogar futebol, mas raramente chegam aos mesmos times ou competem

entre si. Sendo um esporte que exige capacidade física, o futebol traz o foco para o “capaz” que sustenta a análise da capacidade. Na base, o futebol é um grande negócio, que proporciona benefícios financeiros a patrocinadores e a uma pequena parcela de atletas de elite. Diferenças de riqueza, origem nacional, raça, gênero e capacidade moldam padrões de oportunidades e desvantagens no esporte. Além disso, essas categorias não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o modo como se cruzam determina quem chega a jogar futebol, o nível de apoio que recebe e os tipos de experiência que tem se e quando joga. O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica mostra como essas e outras categorias de relações de poder se interconectam.

Por ser um fenômeno global, a Copa do Mundo da Fifa é um caso particularmente adequado para analisarmos detidamente com o intuito de mostrar como as relações interseccionais de poder sustentam as desigualdades sociais de raça, gênero, classe, idade, capacidade, sexualidade e nação. As relações de poder dependem de práticas organizacionais duráveis, embora variáveis, que, nesse caso, determinam os contornos do futebol praticado na Copa do Mundo da Fifa, independentemente de quando e onde ocorre e de quem de fato compete. Quatro domínios de poder distintos, porém interconectados, definem essas práticas organizacionais – a saber, o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal. Esses domínios de poder são duráveis ao longo do tempo e no espaço. As práticas organizacionais da Fifa mudaram desde os primórdios e assumiram diferentes formas na Europa, na América do Norte, na África Continental, na América Latina, na Ásia, no Oriente Médio e no Caribe. No entanto, a Fifa também é caracterizada por grandes mudanças provocadas pela presença de novas pessoas, por alterações de padrões e pela crescente audiência global. O uso da interseccionalidade para analisar a Copa do Mundo da Fifa mostra as interseções específicas das relações de poder dentro da organização; por exemplo, como gênero e identidade nacional se cruzam dentro da Fifa, bem como as formas específicas que as relações interseccionais de poder assumem *dentro* dos distintos domínios de poder. Aqui, discutimos brevemente as relações interseccionais em cada domínio de poder dentro da Fifa, estabelecendo, assim, uma base para a análise das relações interseccionais de poder.

O domínio estrutural do poder refere-se às estruturas fundamentais das instituições sociais, como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde. Interseções de classe (capitalismo) e nação (política governamental) são fundamentais para a organização do esporte. Nesse caso, desde a sua criação, em 1930, a Copa do Mundo cresceu em escopo e popularidade para se tornar um negócio global altamente



lucrativo. Sediada na Suíça, a Fifa desfruta de uma proteção legal como organização não governamental (ONG) que lhe permite gerenciar suas finanças com um mínimo de supervisão do governo. Dirigida por um comitê executivo de empresários, a Fifa exerce considerável influência sobre empresas globais e governos nacionais que sediam a Copa do Mundo. Por exemplo, para os jogos de 2014 no Brasil, a Fifa conseguiu que o Congresso brasileiro adotasse a Lei Geral da Copa do Mundo que impunha feriado nas cidades onde havia jogo da seleção brasileira, reduzia o número de lugares nos estádios e aumentava o preço do ingresso para o espectador comum. A lei também permitia o consumo de cerveja nos estádios, mudança que beneficiou a Anheuser-Busch, uma das principais empresas patrocinadoras da Fifa. Além disso, a lei isentava de impostos as empresas que trabalhavam para a instituição, proibia a venda de qualquer tipo de mercadoria nos espaços oficiais de competição, arredores e principais vias de acesso e multava bares que tentassem exibir as partidas ou promover determinadas marcas. Por fim, o projeto definiu como crime federal qualquer ataque à imagem da Fifa ou de seus patrocinadores.

Organizados por diferentes países que competem por tal privilégio com anos de antecedência, os eventos da Fifa geralmente revelam as preocupações características dos países anfitriões. A experiência do Brasil mostra como as preocupações nacionais moldam o futebol global. Com uma das seleções de maior sucesso na história da Copa do Mundo, o Brasil é um dos poucos países cujas equipes disputaram praticamente todos os torneios da Copa do Mundo. Em 2014, o retorno potencial para o Brasil era substancial. Sediara a Copa do Mundo marcou a sua entrada na cena global como um importante ator econômico, minimizando a sua conturbada história de ditadura militar (1964-1985). Um time brasileiro vitorioso prometia melhorar a estatura internacional do país e promover políticas econômicas que beneficiariam a população. No entanto, os desafios associados à organização dos jogos começaram muito antes de os atletas entrarem em campo. O Brasil estima ter gastado bilhões de dólares em preparativos para o evento. O plano inicial apresentado ao público enfatizava que a maioria dos gastos com infraestrutura privilegiaria o transporte, a segurança e as comunicações em geral. Menos de 25% do gasto total seria destinado à construção ou reforma dos doze estádios. No entanto, à medida que os jogos se aproximavam, gastos excedentes aumentaram a despesa com os estádios em pelo menos 75%, e recursos públicos foram retirados dos projetos gerais de infraestrutura.

Em várias cidades brasileiras, os gastos excedentes com a Fifa provocaram manifestações públicas contra o aumento de tarifas no transporte público e a corrupção

política. Em 20 de junho de 2013, 1,5 milhão de pessoas se manifestaram em São Paulo, a maior área metropolitana do Brasil, contra os gastos exorbitantes com estádios, o deslocamento de moradores nas cidades e o desvio de recursos públicos<sup>3</sup>. Quando começou a contagem regressiva para o início do evento, os brasileiros saíram às ruas em mais de cem cidades com *slogans* contra a Copa do Mundo: “Fifa, go home!” [Fifa, vai para casa!] e “Queremos hospitais padrão Fifa!”. Um artigo do jornal *The Guardian* relatou: “A Copa do Mundo rouba dinheiro da saúde, da educação e de gente pobre. As pessoas em situação de rua estão sendo forçadas a sair das ruas. Isso não é para o Brasil, é para turistas”<sup>4</sup>. Essa agitação social serviu de cenário para os jogos, e o Brasil, apesar de ter chegado às semifinais, sofreu uma derrota histórica para a Alemanha.

Como a Fifa não é regulamentada, não surpreende que durante anos tenha sido acusada de corrupção. As disputas sobre o local de realização do evento, a competição entre as nações e seus financiadores caracterizam a Copa do Mundo desde a criação. As empresas patrocinadoras, apoiadores ricos e os meios de comunicação globais parecem ser os principais beneficiários do sucesso global da Copa do Mundo. Parece haver pouco ou nenhum benefício financeiro para os países que sediam a Copa do Mundo – a África do Sul recuperou aproximadamente 10% dos gastos que teve com estádios e infraestrutura para a Copa do Mundo de 2010, e muitos dos doze estádios que o Brasil construiu para a Copa de 2014 foram investigados por corrupção. No entanto, as razões das nações para sediar os jogos podem ir além do ganho financeiro. O Catar ganhou o direito de sediar a Copa do Mundo de 2022, o que sugere que as controvérsias fiscais e políticas que caracterizam a operação da Fifa persistirão<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Manuel Castells, *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age* (2. ed. Cambridge, Polity, 2015), p. 232 [ed. bras.: *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, trad. Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Zahar, 2013].

<sup>4</sup> Jonathan Watts, “Anti-World Cup Protests in Brazilian Cities Mark Countdown to Kick-off”, *The Guardian*, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/football/2014/jun/12/anti-world-cup-protests-brazilian-cities-sao-paulo-rio-de-janeiro>>; acesso em: jun. 2020.

<sup>5</sup> À parte os problemas legais da Fifa, os negócios da Copa do Mundo vão muito além dos jogos em si. Segundo o escopo das pessoas indiciadas, a Copa do Mundo converge indústrias globais cada vez mais importantes: esportes e entretenimento, telecomunicações, turismo e tudo o que a organização e a montagem do evento implicam. Por exemplo, a bola oficial aprovada pela Fifa para a Copa do Mundo de 2014, Adidas Brazuca, com preço de 160 dólares, foi produzida na fábrica Forward Sports, em Sialkot (Paquistão), por mulheres paquistanesas (representando 90% da força de trabalho). Cada uma dessas trabalhadoras ganhava menos de cem dólares por mês. Após vender 13 milhões de bolas oficiais da Copa do Mundo em 2010, a Adidas faturou centenas de milhões de dólares.

Uma análise interseccional do capitalismo e do nacionalismo lança luz sobre as relações estruturais de poder que permitiram à Fifa, como empresa global, influenciar as políticas públicas dos Estados-nação que sediaram os jogos. Mas outras categorias de análise, além de classe e nação, também estão ligadas às relações estruturais de poder da Fifa. Consideremos, por exemplo, as desigualdades de gênero. Os esportes em geral, e os esportes profissionais em particular, costumam oferecer mais oportunidades para os homens que para as mulheres. Até aqui, nós nos concentramos nos atletas de sexo masculino da Fifa, principalmente porque a primeira Copa do Mundo da Fifa, realizada em 1930, era restrita a homens. Desde 1991, quando os primeiros jogos de futebol feminino foram realizados na China, a Fifa administra também a Copa do Mundo de Futebol Feminino. Quando os Estados Unidos organizaram a histórica Copa do Mundo de 1999, apenas alguns países se candidataram. Desde então, a Copa do Mundo de Futebol Feminino cresceu em popularidade, alcançando um público global sem precedentes em 2019, na França. Apesar desse interesse crescente, as vantagens financeiras oferecidas às jogadoras de elite são irrisórias em comparação com as oferecidas aos homens. Essas estruturas de gênero no futebol – por exemplo, a Copa do Mundo masculina foi criada em 1930, e a feminina, apenas sessenta anos depois, em 1991 – promovem um acúmulo de vantagens e desvantagens baseadas no gênero dentro do domínio estrutural do poder da Fifa.

O domínio cultural do poder enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder. A Copa do Mundo da Fifa é um excelente exemplo de como o poder das ideias, representações e imagens em um mercado global normalizam atitudes e expectativas culturais em relação às desigualdades sociais. É significativo que a Copa do Mundo seja o evento esportivo mais assistido no mundo, superando até mesmo os Jogos Olímpicos. Por exemplo, a auditoria da Fifa na Copa do Mundo de 2018, na Rússia, revela que 1,12 bilhão de espectadores em todo o mundo assistiu à partida final. Ao longo dos jogos, 3,572 trilhões de espectadores – mais da metade da população mundial com quatro anos de idade ou mais – assistiram aos jogos pela TV em casa, em locais de transmissão pública, como bares e restaurantes, e por plataformas digitais. Do ponto de vista dos organizadores e financiadores da Fifa, a possibilidade de atingir esse enorme mercado global de fãs de esportes é ilimitada.

Dado o crescimento da mídia de massa e da mídia digital, é importante nos perguntar quais mensagens culturais sobre raça, gênero, classe, sexualidade e categorias semelhantes estão sendo transmitidas para esse vasto público global. Nesse

caso, promover e televisionar partidas de futebol oferece uma visão do *fair play* que, por sua vez, explica a desigualdade social. Difundida em todo o mundo, a Copa do Mundo projeta ideias importantes sobre competição e *fair play*. Competições esportivas transmitem uma mensagem de grande influência: nem todos podem vencer. Aparentemente, isso faz sentido, mas por que alguns indivíduos e grupos *sempre* ganham enquanto outros sempre perdem? A Fifa tem respostas prontas. Quem vence tem talento, disciplina e sorte, enquanto quem perde carece de talento, disciplina e/ou sorte. Essa visão sugere que a competição justa produz resultados justos. Essa visão de mundo sobre quem vence e quem perde é apenas um passo para explicar a partir desse quadro as desigualdades sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, assim como suas interseções.

Quais condições são necessárias para que esse quadro seja plausível? É aqui que se torna crucial a ideia do campo nivelado ou plano oferecido pelo futebol profissional e pelos esportes em geral. Imagine um campo de futebol inclinado, instalado num terreno levemente em declive, no qual o gol do time vermelho fica no topo da colina, e o gol do time azul, no vale. O time vermelho tem uma evidente vantagem: quando tenta marcar gol, a estrutura do campo ajuda. Não importa quanto talento tenha, porque a força invisível da gravidade ajuda, logo não precisa se esforçar tanto quanto a equipe azul para marcar gol. Em compensação, o time azul trava uma batalha constante morro acima para marcar um gol. Pode ter talento e disciplina, mas tem a má sorte de jogar em um campo inclinado. Para vencer, a equipe azul precisa de talento excepcional. Fãs de futebol se indignariam se os campos de verdade fossem inclinados dessa maneira. No entanto, é isso que fazem as divisões sociais de classe, gênero e raça que estão profundamente interconectadas no domínio estrutural do poder – achamos que estamos jogando em igualdade de condições quando, na verdade, não estamos.

O domínio cultural do poder ajuda a fabricar e disseminar essa narrativa de *fair play* que afirma que cada um de nós tem acesso igual às oportunidades nas instituições sociais; que a competição entre indivíduos ou grupos (equipes) é justa; e que os padrões resultantes de quem vence e quem perde são em grande medida justos. Esse mito do *fair play* não apenas legitima os resultados da natureza competitiva e repetitiva das principais competições esportivas do mundo, como a Copa e as Olimpíadas, mas também reforça as narrativas culturais sobre o capitalismo e o nacionalismo. Os espetáculos de mídia de massa reiteram a crença de que resultados desiguais entre quem vence e quem perde são normais dentro da competição do mercado capitalista. Eventos esportivos, concursos de beleza,

*reality shows* e competições similares transmitem, com frequência, a ideia de que as relações de mercado do capitalismo são socialmente justas desde que haja *fair play*. Ao mostrar a competição entre nações, cidades, regiões e indivíduos, a mídia de massa reforça esse importante mito cultural. Desde que cumpram as regras e as equipes sejam boas, 195 nações ou mais podem, teoricamente, competir na Copa do Mundo da Fifa. No entanto, como os países ricos têm muito mais recursos que os pobres, uma pequena quantidade de Estados-nação pode participar com equipes masculinas e femininas, e um número ainda menor pode sediar a Copa do Mundo. Quando as seleções nacionais competem, as próprias nações competem, e o resultado da competição é explicado pelos mitos culturais.

Esses espetáculos de mídia de massa e eventos afins também apresentam roteiros importantes de gênero, raça, sexualidade e nação que trabalham juntos e se influenciam. A bravura dos atletas homens os assemelha a heróis de guerra em campos de batalha, enquanto a beleza, a graça e a virtude nos concursos de beleza representam a beleza, a graça e a virtude da nação. As mulheres atletas caminham sobre uma linha tênue entre essas duas visões de masculinidade e feminilidade que extraem seu significado dos entendimentos binários de gênero.

Por que esse mito do *fair play* perdura há tanto tempo? Como muitas pessoas apreciam eventos esportivos ou praticam esportes, muitas vezes os esportes servem de modelo para a igualdade e o *fair play*. O futebol é um esporte global que, teoricamente, pode ser jogado em qualquer lugar por qualquer pessoa. Em geral, crianças e jovens que jogam futebol amam o esporte. O futebol não exige aulas caras, campos bem cuidados nem calçados especiais. O futebol recreativo não requer nenhum equipamento ou treinamento específico, apenas uma bola e participantes em número suficiente para colocar duas equipes em campo. Comparado ao tênis, ao futebol americano, à patinação no gelo ou ao esqui, o futebol parece criar muito menos barreiras entre indivíduos com talento para o esporte e acesso às oportunidades de praticá-lo.

A fanfarra em torno da Copa do Mundo é apenas uma pequena ponta desse *iceberg* que é a forma como o futebol se baseia em categorias de classe, gênero, raça e outras para moldar normas culturais de justiça e igualdade social. De atletas de elite a crianças pobres, jogadoras e jogadores de futebol querem estar em um campo de competição justo. Não importa como você chegou lá: o que importa, quando você está no campo, é o que você pode fazer. A metáfora esportiva de um campo plano fala do desejo de justiça e igualdade entre indivíduos. Para quem vence e para quem perde, esse esporte em equipe recompensa o talento individual,

mas também revela a natureza da conquista coletiva. Quando jogado bem e desimpedido de suspeitas de arbitragem, o futebol recompensa o talento individual. Em um mundo caracterizado por tanta injustiça, esportes competitivos, como o futebol, tornam-se locais importantes para ver como as coisas deveriam ser. Os antecedentes de jogadoras e jogadores não devem importar quando elas e eles entram no gramado. O que importa é que jogam bem. Os espetáculos de mídia de massa podem parecer simples entretenimento, mas são essenciais para o bom funcionamento do domínio cultural do poder.

O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes. Basicamente, como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o *status quo*, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes. No futebol, o poder disciplinar entra em cena quando certos meninos e meninas são proibidos ou desencorajados de jogar, enquanto outros recebem treinamento de alto nível em instalações de primeira para aprimorar seus talentos. Muitos são simplesmente informados de que são do sexo errado ou não têm nenhuma capacidade. Em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos.

No atletismo, as interseções de raça e nação são dimensões importantes do poder disciplinar. Por exemplo, a África do Sul, sede da Copa do Mundo de 2010, mostrou os obstáculos que os meninos africanos enfrentam para jogar profissionalmente. Sem oportunidades de treinamento, desenvolvimento e até de acesso a equipamentos básicos, os jovens africanos depositam suas esperanças nos clubes europeus. Para jogar em times do Reino Unido, da França, da Itália e da Espanha, os clubes lhes oferecem salários iguais aos que os Estados Unidos oferecem no futebol, no basquete e no beisebol profissional. O aumento do número de africanos que jogam em grandes clubes europeus reflete o sonho desses jovens jogadores de ter uma carreira bem-sucedida. No entanto, a atração pelo futebol europeu também torna esses jovens vulneráveis à exploração de agentes inescrupulosos. O documentário da cineasta Mariana van Zeller, *Football's Lost Boys* [Meninos perdidos do futebol] (2010), detalha como milhares de jovens jogadores foram atraídos para longe de seus países de origem, famílias entregaram suas economias a agentes desonestos e, muitas vezes, esses jovens foram abandonados, sozinhos e sem dinheiro, num processo que se assemelha ao tráfico de pessoas.

A crescente diversidade racial/étnica dos times de elite femininos e masculinos da Europa que recrutam atletas na África, atletas de cor\* dos países mais pobres e das minorias imigrantes racializadas pode ajudar as seleções nacionais a vencer. Mas essa diversidade racial/étnica/nacional dos times de elite também transparece o problema do racismo no futebol europeu. A visível diversidade de integrantes das equipes supera assunções antigas sobre raça, etnia e identidade nacional. Quando a seleção da França derrotou a do Brasil na final da Copa do Mundo de 1998, a torcida francesa não viu a equipe como representativa da França, porque a maioria dos jogadores não era branca. Além disso, embora amem seus times, muitos torcedores brancos europeus, sejam homens, sejam mulheres, se sentem à vontade para assumir comportamentos racistas, como chamar atletas de origem africana de macaco, cantar canções com insultos raciais e levantar cartazes com linguagem racialmente depreciativa<sup>6</sup>.

As regras de gênero da Fifa também refletem o poder disciplinar de uma forma que leva a experiências significativamente diferentes para atletas de sexo masculino e feminino. Uma análise interseccional sugere que a convergência de classe e gênero se traduz em desigualdade de salário e oportunidades ao fim de uma carreira no futebol profissional. Além da divisão inicial entre atletas de sexo masculino e feminino, diferentes regras que definem a política da Fifa refletem suposições de gênero sobre a mulher e o esporte. Reconhecendo a disparidade de apoio ao futebol masculino e ao feminino, em 8 de março de 2019, Dia Internacional da Mulher, jogadoras dos Estados Unidos impetraram uma ação federal por discriminação de gênero contra a Federação de Futebol dos Estados Unidos (USSF, em inglês), o órgão nacional do esporte. Em documento jurídico oficial, a USSF negou conduta ilegal, atribuindo diferenças salariais de gênero a “diferenças na receita gerada pelas diferentes equipes e/ou qualquer outro fator que não seja o sexo”. Em outras palavras, sob a perspectiva da USSF, qualquer desigualdade econômica de gênero é reflexo de estruturas de mercado e normas culturais que estão fora do alcance da Fifa, não de discriminação de gênero dentro da própria Fifa.

\* No contexto estadunidense, *person of color* [pessoa de cor] é qualquer pessoa racializada, incluindo, por exemplo, indígenas. A expressão não tem conotação pejorativa e é adotada neste livro. (N. E.)

<sup>6</sup> Em certa ocasião, torcedores poloneses jogaram bananas em um jogador de futebol nigeriano. A torcida não é o único problema – também há insultos raciais entre a equipe. Por exemplo, na Copa do Mundo de 2006, o francês Zinedine Zidane, três vezes vencedor do prêmio da Fifa de melhor jogador do mundo, transgrediu uma regra do *fair play* ao dar uma cabeçada no tórax do italiano Marco Materazzi. Zidane, filho de imigrantes argelinos, relatou que Materazzi o havia agredido com insultos racistas e sexistas contra sua mãe e sua irmã. Materazzi foi mantido em campo, enquanto Zidane foi expulso daquela que seria sua última partida em uma Copa do Mundo.

A luta pela igualdade de remuneração no futebol estadunidense atraiu uma atenção considerável, principalmente porque a equipe feminina sempre teve melhor desempenho que a equipe masculina, dentro de campo, na mídia e nas receitas. A equipe masculina não se classificou para a Copa do Mundo de 2018, enquanto a feminina venceu a copas de 2015 e 2019. A audiência da equipe feminina também superou a da masculina. Em 2015, cerca de 25 milhões de pessoas assistiram à vitória da equipe feminina na final da Copa do Mundo – naquele momento, uma audiência recorde em comparação com qualquer jogo de futebol nos Estados Unidos, e a vitória em 2019 quebrou de novo esse recorde. Porém, embora importantes, estruturas somente de gênero deixam escapar dimensões interseccionais da discriminação tanto de regras quanto de ferramentas para combater a injustiça social. Em 2019, a equipe feminina dos Estados Unidos ganhou menos que a masculina e tinha tanto o direito legal como os meios para entrar com uma ação. Em compensação, a Reggae Girlz da Jamaica, primeira seleção de futebol do Caribe a se classificar para a Copa do Mundo, teve dificuldades para arrecadar fundos a fim de participar dos jogos. Mas elas se saíram melhor que a seleção da Nigéria, a Super Falcons, que, apesar de ter vencido nove vezes a Copa da África, não recebeu nenhum pagamento. A Super Falcons é subfinanciada há muito tempo; as jogadoras protestaram em frente à casa do presidente da Nigéria e, por fim, receberam apoio financeiro para participar dos jogos.

Essas diferenças de gênero entre o futebol masculino e o feminino se interseccionam com diferenças de raça e classe nos jogos masculinos e femininos. As regras do futebol, por sua vez, determinam a classificação das equipes que disciplina as jogadoras e os jogadores a partir de expectativas diferenciadas. A classificação das equipes femininas está relacionada a raça e nação e, por consequência, aos diferentes níveis de apoio dado às mulheres atletas em países ricos e pobres. Apesar de ser um dos países mais ricos da África Continental, a África do Sul enviou sua primeira seleção feminina para a Copa do Mundo em 2019, juntando-se a Nigéria e Camarões como uma das três seleções africanas classificadas. Todas as três estavam nas últimas posições do *ranking* de equipes classificadas e perderam na primeira rodada para equipes que tinham mais apoio financeiro. As interseções de raça e gênero caracterizam tanto o futebol masculino como o feminino e têm importantes implicações financeiras para cada atleta.

O domínio interpessoal do poder refere-se ao modo como os indivíduos vivem a convergência de poder estrutural, cultural e disciplinar. Esse poder molda identidades interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, nação e idade que,

foto do  
projeto  
de per-  
quilo



por sua vez, organizam as interações sociais. A interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber.

No caso da Copa do Mundo da Fifa, as identidades interseccionais são hipervisíveis em um cenário global. As novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) aumentaram a visibilidade e o escopo das identidades individuais: no caso da Fifa, oferecer competições esportivas planejadas para entreter e educar, mas também proporcionar uma janela para a vida das pessoas. Como todo mundo, os atletas da Fifa, sejam mulheres, sejam homens, têm de criar suas identidades nas relações interseccionais de poder. Além disso, a visibilidade dada aos corpos nessas competições esportivas significa que a natureza incorporada das identidades interseccionais está em constante exibição. Há muito em jogo no cultivo da imagem e da marca certas. A maneira pela qual atletas homens e mulheres lidam com sua identidade pode resultar em propagandas lucrativas, contratos como comentaristas esportivos e oportunidades para lucrar com sua excelência e visibilidade como treinadores e assistentes. Dado o escopo global e a forte presença da mídia de massa na Copa do Mundo da Fifa, jogadoras e jogadores precisam decidir individualmente não apenas como jogar, mas também como sua imagem pessoal, dentro e fora do campo, será recebida pelos fãs. Como sugerem os insultos e os comentários racistas no contexto europeu, torcedores podem ser inconstantes, torcendo por times que têm atletas de cor, mas atirando xingamentos raciais contra o time adversário. A mercantilização da identidade é um grande negócio.

Como o gênero é uma divisão social fundamental na vida cotidiana, o gerenciamento de identidades de masculinidade e feminilidade adquire importância mais que vital nessa área pública global. Independentemente do esporte, as mulheres enfrentaram uma batalha árdua para praticar esportes, fazê-lo em nível de elite e receber compensação equitativa por isso. Além do mais, como os esportes femininos rompem ostensivamente normas muito antigas de feminilidade, o tratamento dispensado às atletas nos esportes em que elas conseguiram estabelecer carreiras bem remuneradas, como é o caso do tênis feminino – ou salários dignos, como

é o caso do basquete feminino –, é um exemplo para as jogadoras de futebol na Copa do Mundo. No esporte feminino há tentativas constantes de controle do vestuário e da aparência das mulheres.

O tratamento dispensado às atletas que parecem violar as normas da feminilidade oferece uma oportunidade para analisarmos a questão mais ampla sobre como as atletas de elite lidam com a masculinidade e a feminilidade hegemônicas no esporte profissional. À medida que mais mulheres se tornam atletas profissionais, elas contestam cada vez mais as regras da heteronormatividade. Por exemplo, as estrelas do tênis Venus e Serena Williams se tornaram lenda quando desafiaram o código de vestimenta do tênis feminino, e ambas foram acusadas de serem excessivamente masculinas, porque jogam ostensivamente como homens. Nos primórdios da Associação Nacional de Basquete Feminino (WNBA, em inglês), as jogadoras da liga, na maioria negras, foram incentivadas a assumir uma feminilidade tradicional para combater as acusações de lesbiandade. As atletas faziam cabelo e maquiagem e levavam filhos ou filhas e parceiros aos jogos para sinalizar sua orientação sexual. Com o amadurecimento da liga, as jogadoras adotaram cada vez mais um estilo andrógino, mais afinado com as noções contemporâneas de fluidez de gênero.

Como indivíduos, atletas homens e mulheres da Fifa podem ter talento igual, aspirar às mesmas coisas ou defender valores semelhantes. No entanto, as normas da heteronormatividade estão intimamente ligadas a essas práticas disciplinares que determinam decisões individuais sobre identidade, masculinidade e feminilidade. Praticar um esporte de elite é uma coisa, ser aceito pelos fãs que financiam esse esporte é outra. A interseção entre identidade e experiências é reflexo dos jogos de poder que acontecem nos domínios estruturais, culturais, disciplinares e interpessoais do poder, identidades que transparecem tanto nas interações sociais cotidianas como na imagem pública. No geral, o futebol profissional é não apenas um jogo, mas também um espaço rico para o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica.

### **Desigualdade econômica: uma nova crise global?**

Quando se trata de destacar a desigualdade econômica global como um importante problema social, 2014 foi um ano crucial. O 18º Congresso Mundial de Sociologia da Associação Internacional de Sociologia (ISA, em inglês) foi realizado em Yokohama, no Japão, com a participação de mais de 6 mil pessoas de todo

o mundo. Em seu discurso como presidente da ISA<sup>7</sup>, Michael Burawoy, eminente acadêmico marxista, afirmou que a desigualdade era a questão mais premente de nosso tempo. Sugeriu que a crescente desigualdade global estimulou novos pensamentos não apenas na sociologia, mas também na economia e nas ciências sociais. Ele defendia a sociologia pública, a perspectiva de que as ferramentas sociológicas deveriam ser aplicadas a questões sociais importantes. Curiosamente, enfatizou a importância da eleição do papa Francisco em 2013. Como primeiro papa do Sul global, Francisco expressou um forte compromisso com o enfrentamento de questões relacionadas a desigualdade social, pobreza e justiça ambiental, inclusive definindo a desigualdade econômica como “a raiz do mal social”. Não é todo dia que um acadêmico marxista cita um papa antes de uma reunião internacional de cientistas sociais.

Em maio do mesmo ano, mais de 220 presidentes de empresas e investidores de 27 países se reuniram em Londres para a Conferência sobre Capitalismo Inclusivo. Como Nafeez Ahmed relatou em um artigo do jornal *The Guardian* de 28 de maio de 2014, os participantes se reuniram para discutir “a necessidade de uma forma mais socialmente responsável de capitalismo que beneficie a todos, não apenas uma minoria rica”. Representando as mais poderosas elites financeiras e empresariais, que tinham o controle de aproximadamente 30 trilhões de dólares em ativos líquidos, ou um terço do total global, esse grupo estava preocupado com “a ameaça capitalista ao capitalismo”, como afirmou o CEO da Unilever. A lista de celebridades convidadas para a conferência incluía o príncipe Charles, Bill Clinton, o diretor do Banco da Inglaterra e vários presidentes de empresas globais. Curiosamente, em seu discurso, Christine Lagarde, então diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), fez a mesma referência ao papa Francisco ao descrever o aumento da desigualdade como “a raiz do mal social”. Referindo-se à visão de Marx de que o capitalismo carrega as sementes de sua própria destruição, Lagarde afirmou que algo precisava ser feito. Novamente, não é todo dia que uma diretora-geral do FMI cita o papa e Marx perante a elite financeira global.

Desde a década de 1990, a desigualdade econômica em renda e riqueza cresceu exponencialmente, tanto nos Estados-nação quanto na esmagadora maioria dos países, afetando 70% da população mundial. E essa desigualdade econômica contribui para a desigualdade social mais ampla. Quase metade da riqueza do

<sup>7</sup> Michael Burawoy, “2004 Presidential Address: For Public Sociology”, *American Sociological Review*, v. 70, 2005, p. 4-28.

mundo, cerca de 110 trilhões de dólares, está nas mãos de apenas 1% da população mundial; esse pequeno grupo possui mais que os outros 99% juntos<sup>8</sup>. Essa tendência sugere que, em 2014, o estado de desigualdade global era grave o suficiente para que fosse notado por pessoas que se opunham em muitas questões. Lagarde e Burawoy estavam preocupados com o impacto de uma economia global em transformação. Sob a liderança de Lagarde, o FMI ofereceu uma visão geral das causas e das soluções para a desigualdade social gerada por uma economia global em transformação. Como Burawoy, muitos sociólogos ofereciam havia muito uma avaliação crítica dessa visão dominante, apontando para as relações estruturais de poder. Até 2014, a crescente desigualdade social no mundo era tão significativa que os grupos tradicionais e críticos identificaram a desigualdade social global, em geral, e a desigualdade social econômica, em particular, como um problema social global.

Examinar as histórias específicas dos Estados-nação oferece diferentes ângulos de visão sobre as desigualdades econômicas globais. Por exemplo, se olharmos para o que acontece *entre* países, vemos que a desigualdade de renda global vem diminuindo desde meados da década de 1970, o que está relacionado ao crescimento econômico em países em rápido desenvolvimento, como Índia e China. No entanto, se olharmos para o que acontece *dentro* dos países, vemos que a desigualdade absoluta de renda aumentou drasticamente no mesmo período<sup>9</sup>. Além disso, embora a desigualdade de renda tenha aumentado em quase todos os países desde meados da década de 1970 e início da década de 1980, existem variações regionais importantes. De acordo com o Relatório Mundial sobre Desigualdade

<sup>8</sup> Oxfam, *Wealth: Having It All and Wanting More*, Oxfam International Research Report, 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/wealth-having-it-all-and-wanting-more-338125>>; acesso em: jun. 2020. Apesar da crise financeira global de 2008, em 2014 o 1% mais rico aumentou sua parte na riqueza do mundo – passou de 44% em 2009 para 48% em 2014. Nos Estados Unidos, o 1% mais rico ficou com 95% do crescimento gerado após a crise financeira de 2009, enquanto os 90% restantes ficaram mais pobres. Em 2013, a riqueza somada das 85 pessoas mais ricas do mundo era igual à riqueza total da metade mais pobre da população mundial, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas (Oxfam, *Working for the Few: Political Capture and Economic Inequality*, 178 Oxfam Briefing Paper, 20 jan. 2014). Mais recentemente, essas tendências não mostraram sinais de inversão. Em 2018, a riqueza dos bilionários do mundo cresceu 900 bilhões de dólares, um crescimento de 2,5 bilhões de dólares por dia. Em contraste, o progresso no combate à pobreza extrema, que o Banco Mundial define como uma renda de 1,90 dólar por pessoa por dia, desacelerou (Oxfam, *Public Good or Private Wealth?*, Oxfam Briefing Paper, 21 jan. 2019).

<sup>9</sup> United Nations University (UNU), “Is Global Income Inequality Going Up or Down?”, United Nations University, 24 ago. 2016. Disponível em: <<https://unu.edu/news/news/global-income-inequality-up-or-down.html>>; acesso em: jun. 2020.

(WIR, em inglês), a desigualdade de renda aumentou de forma exponencial na América do Norte, na China, na Índia e na Rússia e com moderação na Europa, mantendo-se relativamente estável em um nível extremamente alto no Oriente Médio, na África Subsaariana e no Brasil. De uma perspectiva histórica, observa o relatório, “esse aumento da desigualdade marca o fim de um regime igualitário pós-guerra que tomou diferentes formas nessas regiões”<sup>10</sup>.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos a aposentadoria, benefícios relativos a saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem-remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais. As fábricas se deslocaram, deixando poucas oportunidades para quem não pode se dar ao luxo de se mudar. Muitas pessoas vêm de gerações familiares que se mantiveram pobres, porque não conseguem um salário decente que lhes garanta segurança de renda. A discriminação no mercado de trabalho, que empurra algumas pessoas a empregos de meio período e salários baixos, sem horas fixas e sem benefícios,

<sup>10</sup> World Inequality Report (WIR), “Executive Summary”. 2018. Disponível em: <<https://wir2018.wid.world/executive-summary.html>>; acesso em: jun. 2020.

ou que as torna estruturalmente desempregadas, também não incide da mesma maneira sobre os grupos sociais.

Da mesma forma, a interseccionalidade também nos estimula a repensar o conceito de disparidade de riqueza. Em vez de enxergarmos a disparidade de riqueza como algo desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania, a lente interseccional mostra que as diferenças de riqueza refletem sistemas de poder interligados. A estrutura racializada da diferença de riqueza foi bem documentada nos Estados Unidos, onde as disparidades entre pessoas brancas, negras e de origem latina bateram recordes<sup>11</sup>. No entanto, a diferença de riqueza é não apenas racializada, mas também, e simultaneamente, de gênero. Em geral, a disparidade de riqueza é analisada através de lentes de raça ou gênero e, com exceções dignas de nota<sup>12</sup>, menos frequentemente através de lentes interseccionais de ambos. Medir a desigualdade econômica por dados sobre famílias, e não sobre indivíduos, ajuda a documentar a disparidade de riqueza entre famílias com diferenças raciais e explicita a situação de famílias chefiadas por mulheres solteiras de todas as raças. Análises interseccionais mostram como a estrutura da disparidade de desigualdade é, simultaneamente, racializada e orientada por gênero para as mulheres de cor<sup>13</sup>.

Segundo ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica dificulta explicações somente de classe para a desigualdade econômica global. Tanto a economia neoclássica aceita nos Estados Unidos quanto o pensamento social marxista mais frequentemente encontrado no cenário europeu consideram classe a categoria fundamental para explicar a desigualdade econômica. Ambas as explicações focadas somente na categoria de classe tratam raça, gênero, sexualidade, capacidade/deficiência e etnia como complementos secundários, isto é, como formas de descrever

<sup>11</sup> Mariko Chang, *Lifting as We Climb: Women of Color, Wealth, and America's Future* (Washington, DC, Insight Center for Community Economic Development, 2010); Pew Research Center, "Wealth Gaps Rise to Record Highs between Whites, Blacks, Hispanics", *Social & Demographic Trends*, 26 jul. 2011. Disponível em: <[https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/3/2011/07/SDT-Wealth-Report\\_7-26-11\\_FINAL.pdf](https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/3/2011/07/SDT-Wealth-Report_7-26-11_FINAL.pdf)>; acesso em: jun. 2020. Em 2015, a riqueza média (ativos menos dívidas) das famílias brancas era vinte vezes maior que das famílias negras e dezoito vezes maior que a das famílias hispânicas.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Melvin Oliver e Thomas Shapiro, *Black Wealth/White Wealth: A New Perspective on Racial Inequality* (Nova York, Routledge, 1995).

<sup>13</sup> As mulheres negras têm o pior desempenho, de acordo com um relatório de pesquisa de 2010 sobre disparidades de riqueza entre diferentes grupos raciais nos Estados Unidos. A riqueza média das mulheres negras solteiras (incluindo mães solteiras chefes de família), no auge de seus anos mais produtivos (de 36 a 49 anos), é de apenas cinco dólares, em comparação com os 42.600 dólares das mulheres brancas solteiras da mesma idade – esse valor representa 61% da riqueza média dos homens brancos solteiros. Ver Mariko Chang, *Lifting as We Climb*, cit.

o sistema de classes com mais precisão. No entanto, ao sugerir que a desigualdade econômica não pode ser avaliada nem efetivamente resolvida apenas por meio da categoria de classe, as análises interseccionais propõem um mapa mais sofisticado da desigualdade social que vai além apenas da classe. A teórica feminista Zillah Eisenstein argumenta que classe e capitalismo são inerentemente interseccionais:

Quando ativistas dos direitos civis falam sobre raça, aprendem que precisam pensar também em classe. Quando as feministas antirracistas tratam dos problemas relativos ao racismo de gênero, também devem incluir classe. Portanto [...] ao formular a desigualdade de classe, devemos ter em vista também raça e gênero. *O capital é interseccional*. Ele sempre intersecciona os corpos que produzem o trabalho. Logo, o acúmulo de riqueza está incorporado nas estruturas racializadas e engendradas que o aumentam.<sup>14</sup>

Postular que as configurações contemporâneas de capital global que alimentam e sustentam as crescentes desigualdades sociais se referem à exploração de classes, ao racismo, ao sexismo e a outros sistemas de poder promove um repensar nas categorias usadas para entender a desigualdade econômica. Estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica.

Terceiro ponto, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica revela como as políticas públicas diferenciais dos Estados-nação contribuem para reduzir ou agravar a crescente desigualdade global. O período após a Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo crescimento dos Estados de bem-estar social em certos contextos nacionais e por sua ausência em outros – e, mais recentemente, por seu dismantelamento. Existem muitas variações de Estados e políticas – por exemplo, políticas públicas de países da antiga União Soviética que seguiram caminhos diferentes para a igualdade social ou colônias que se tornaram países –, mas aqui vamos nos concentrar na social-democracia e no neoliberalismo como termos abreviados para conjuntos de ideias ou filosofias muito mais amplas que tiveram e, aparentemente, continuarão a ter uma influência importante nas políticas públicas dos Estados-nação. Essas estruturas intelectuais abrangentes de social-democracia e neoliberalismo moldam as políticas públicas dos Estados-nação, bem como o

<sup>14</sup> Zillah Eisenstein, “An Alert: Capital Is Intersectional; Radicalizing Piketty’s Inequality”, *The Feminist Wire*, 26 maio 2014. Disponível em: <<http://thefeministwire.com/2014/05/alert-capital-intersectional-radicalizing-piketys-inequality/>>; acesso em: jun. 2020. Grifos nossos.

entendimento que um tem do outro. Elas também diferem em aspectos importantes ao interpretar a desigualdade social.

Com base nos princípios da social-democracia, as políticas de bem-estar social se esforçam para proteger os interesses da população. Como filosofia, a social-democracia se baseia na crença de que as instituições democráticas florescem melhor quando veem a proteção do bem-estar social de todas as pessoas como parte de seu encargo. Nesse sentido, a democracia participativa é um forte pilar da social-democracia porque pressupõe que a promoção da ampla participação dos cidadãos de ambos os sexos e o acesso justo aos processos de tomada de decisão do Estado de bem-estar social fortalecem as instituições democráticas. Desemprego, pobreza, discriminação racial e de gênero, falta de moradia, analfabetismo, saúde precária e problemas sociais semelhantes constituem ameaças ao bem público quando permanecem sem solução. Para enfrentar esses desafios, os Estados de bem-estar social buscam promover o bem-estar da população criando várias combinações de agências que regulam o fornecimento de energia elétrica, o abastecimento de água etc., investindo em infraestrutura pública e serviços básicos e fornecendo serviços diretamente. Por exemplo, nos Estados Unidos, há muito tempo segurança ambiental e segurança alimentar são prerrogativas do governo federal, pois se acredita que, para proteger a todos, as indústrias que poluem a água e o ar, bem como os frigoríficos, exigem um regime regulatório justo, porém vigilante. As políticas de bem-estar social preveem uma série de projetos, inclusive financiamento escolar, de rodovias e transporte público, além de programas destinados a idosos, crianças, pobres, pessoas com deficiência, desempregadas ou que necessitem de assistência. No geral, a ideia básica é que proteger os cidadãos de ambos os sexos e agir em nome do bem público constituem os valores fundamentais da social-democracia, e Estados de bem-estar social fortes exigem democracia participativa.

Já as políticas neoliberais têm uma visão diferente do papel do Estado na promoção do bem-estar da população. Como filosofia, o neoliberalismo se fundamenta na crença de que o mercado, por si só, é mais capaz que os governos de produzir resultados econômicos justos, sensíveis e bons para todos. As práticas estatais associadas ao neoliberalismo diferem drasticamente das práticas dos Estados de bem-estar social. Primeiro, o neoliberalismo promove a crescente privatização de programas e instituições governamentais, como escolas, prisões, sistema de saúde, transporte e forças armadas. Sob a lógica da ideologia neoliberal, empresas privadas que respondem às forças do mercado, não à supervisão democrática de cidadãs e cidadãos, podem, potencialmente, fornecer serviços menos



dispendiosos e mais eficientes que o funcionalismo público. Segundo, a lógica do neoliberalismo defende a redução e, em alguns casos, a eliminação do Estado de bem-estar social. A rede de segurança fornecida pela assistência governamental às pessoas pobres, desempregadas, com deficiência, idosas e jovens é reformulada como um gasto desnecessário, típico de governos irresponsáveis. Terceiro, a lógica neoliberal afirma que menos regulamentação econômica e mais comércio livre de restrições protegem os empregos. Essa ausência de regulamentação e entidades do tipo dos sindicatos deve produzir mais rentabilidade para algumas empresas e levar à criação de mais empregos. Por fim, o neoliberalismo postula uma forma de individualismo que rejeita a noção de bem público. Pela lógica neoliberal, cada um é responsável por seus problemas: a resolução dos problemas sociais se resume à autoconfiança dos indivíduos<sup>15</sup>.

A relação entre neoliberalismo e social-democracia é difícil. Filosofias neoliberais têm sido usadas para lançar ataques sustentados contra programas públicos implementados para combater a desigualdade social. Os efeitos vêm causando diminuição do financiamento de instituições públicas de todos os tipos, incluindo escolas, assistência médica, moradia e transporte. A filosofia do neoliberalismo previa que esses cortes não promoveriam a desigualdade social; ao contrário, poderiam reduzi-la. No entanto, desde a década de 1980, como mostra o crescimento exponencial tanto da renda quanto da disparidade de riqueza das nações, o resultado das políticas neoliberais é exatamente o oposto. Os Estados democráticos que adotaram políticas neoliberais identificam o Estado forte não como solução para a desigualdade social, mas como uma de suas causas. Seguindo o princípio econômico do gotejamento, que afirma que cortes de impostos de empresas e gente rica estimulam os investimentos no curto prazo e beneficiam a sociedade como um todo no longo prazo, essas políticas desejam menos interferência do governo no mercado, supondo que as políticas neoliberais reduzirão a desigualdade social, expandindo o mercado e oferecendo mais oportunidades a todos. A desigualdade social global cresceu ao mesmo tempo que o Estado social-democrata enfraqueceu.

Cada vez mais os Estados-nação sociais-democratas que tentam remediar a desigualdade social adotando políticas econômicas neoliberais enfrentam sérios desafios, entre eles o surgimento do populismo de extrema direita. Por um lado, não

<sup>15</sup> Cathy Cohen, *Democracy Remixed: Black Youth and the Future of American Politics* (Nova York, Oxford University Press, 2010); David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism* (Nova York, Oxford University Press, 2005) [ed. bras.: *O neoliberalismo: história e implicações*, trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, 5. ed., São Paulo, Loyola, 2014].

implementar políticas inspiradas no neoliberalismo pode tornar o Estado menos competitivo no mercado global. Tornar as indústrias mais competitivas no mercado global por meio de automação e inteligência artificial, recepção e exportação de empregos resulta em aumento da lucratividade das empresas. Indústria 4.0 é o nome que se dá à atual tendência de automação e troca de dados em tecnologias de fabricação. Abrange sistemas ciberfísicos, internet das coisas, computação em nuvem e computação cognitiva. Isso terá um impacto cada vez maior sobre a competição econômica global entre Estados e entre cidades. No entanto, essas políticas podem agravar a desigualdade econômica, fazendo com que pessoas que se sentem abandonadas aticem as chamas do populismo de direita.

Por outro lado, como discutiremos no capítulo 5, a implementação de políticas públicas neoliberais como solução para a desigualdade pode promover agitação social. O desenvolvimento econômico do Estado-nação não reduz necessariamente a desigualdade econômica. Essas mesmas estratégias eliminam empregos e suprimem salários, deixando fábricas fechadas e membros da classe trabalhadora sem emprego e instigando seriamente o potencial de agitação social. A experiência do Brasil como anfitrião da Copa do Mundo da Fifa de 2014 revela as tensões que distinguem um Estado-nação que buscava equilibrar as políticas de bem-estar social com as aspirações neoliberais. O dinheiro gasto com os preparativos para o evento pode ter favorecido a imagem do Brasil na arena global, mas, ao mesmo tempo, provocou fortes protestos contra os gastos excedentes e a corrupção. Ironicamente, também levou à ascensão de um populista de extrema direita nas eleições de 2018.

A análise interseccional lança luz sobre os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção de desigualdade econômica entre pessoas de cor, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes. No entanto, o foco da interseccionalidade na vida das pessoas oferece espaço para análises alternativas desses mesmos fenômenos que não derivam das visões de mundo das elites acadêmicas ou do funcionalismo público. Pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTQs, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas e pessoas oriundas de castas e grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena e, conseqüentemente, têm menos a perder e mais a ganhar. Pessoas que suportam o peso dos poucos benefícios dos Estados de bem-estar social ou das políticas neoliberais de mercado podem ter mais esperança que servidoras e servidores públicos em relação às possibilidades da social-democracia. Inspirando-se no papa Francisco, também podem ver a crescente desigualdade econômica, bem como as forças sociais que a causam, como “a raiz do mal social”,

mas se recusam a cruzar passivamente os braços enquanto assistem à desigualdade social destruir sua vida. Sem esperança de mudança, protestos e movimentos sociais são inviabilizados.

## O movimento das mulheres negras no Brasil

Mais de mil mulheres negras e pessoas aliadas participaram da sétima edição do Festival Latinidades, evento anual de afro-latinas e afro-caribenhas realizado em Brasília. Sendo o maior festival de mulheres negras da América Latina, o evento de 2014 estava programado para coincidir com o Dia Internacional da Mulher Negra da América Latina e do Caribe. O Latinidades não é um festival comum. Várias décadas de ativismo de mulheres negras no Brasil criaram o espaço político, social e artístico para esse evento dedicado às questões e necessidades das mulheres negras no Brasil especificamente, mas também das afro-latinas e afro-caribenhas de forma geral.

Em 1975, no início da Década das Mulheres promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras no Congresso das Mulheres Brasileiras. O manifesto chamou atenção para como a vida das mulheres negras no trabalho, na família e na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade. Durante essa década, as feministas brancas permaneceram indiferentes ou incapazes de abordar as preocupações das mulheres negras. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras ativistas feministas negras continuaram a lutar pelas questões relativas às mulheres negras. Essa luta é ainda mais notável quando se sabe que ocorreu sob o regime militar no Brasil (1964-1985) e precedeu o entendimento contemporâneo da interseccionalidade.

A política nacional brasileira sobre raça e democracia combatia esse ativismo. O Brasil alegou oficialmente não ter “raças”, posição que se baseava no modo como o governo abordava as estatísticas raciais. Sem categorias raciais, o Brasil oficialmente não tinha “raças” nem negros como grupo “racial” socialmente reconhecido. Ironicamente, o mito da identidade nacional brasileira apagou a raça para construir uma filosofia de democracia racial em que ser brasileiro substituiu outras identidades, como as de raça. Em essência, ao apagar a categoria política de raça, o discurso nacional da democracia racial eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetavam a vida das pessoas negras brasileiras. Esse apagamento da “negritude” como categoria política permitiu que práticas discriminatórias contra pessoas manifestamente de ascendência africana

ocorressem em áreas como educação e emprego, porque não havia termos oficialmente reconhecidos para descrever a discriminação racial nem recursos oficiais para remediá-la<sup>16</sup>. A imagem de identidade nacional que o Brasil cultivava postulava que o racismo não existia e que a cor carece de significado, exceto quando celebrada como uma dimensão do orgulho nacional. Essa identidade nacional não surgiu por acidente nem significou que pessoas de ascendência africana acreditavam nela. As mulheres de ascendência africana possivelmente constituíam um segmento visível e considerável da sociedade brasileira; no entanto, em um Brasil que ostensivamente não possuía raça, as mulheres negras não existiam como categoria de população oficialmente reconhecida. As mulheres negras desafiaram essas interconexões históricas entre ideias de raça e projeto de construção de nação do Brasil como cenário de apagamento das mulheres afro-brasileiras.

As constantes críticas das feministas negras à democracia racial e a defesa das necessidades das mulheres negras forneceram a base para a nova geração de ativistas organizar o Festival Latinidades. Esses laços intergeracionais dentro do movimento social permitiram às negras mais jovens lançar luz sobre as conexões entre gênero, raça e classe expostas inicialmente pelas redes intergeracionais de ativistas feministas negras. Nesse contexto, o propósito expresso do Festival Latinidades de promover a “igualdade racial e combater o racismo e o sexismo” deu continuidade ao legado da geração anterior e mostrou o uso da interseccionalidade como categoria analítica no feminismo afro-brasileiro. Por exemplo, Conceição Evaristo, escritora afro-brasileira e professora de literatura brasileira, participou do festival. Seu romance *Ponciá Vicêncio*, um marco na literatura das mulheres negras brasileiras, ainda hoje é um clássico quando se examinam os desafios e a criatividade de uma negra comum diante das múltiplas expressões de opressão que enfrenta<sup>17</sup>. A presença de Evaristo significou tanto a sinergia das artes, do ativismo e do trabalho acadêmico entre as feministas afro-brasileiras quanto a importância do engajamento político e intelectual intergeracional para o movimento das mulheres negras no Brasil.

O festival uniu uma série de relações que são vistas em geral como separadas. Como no caso da interseccionalidade, o evento recebeu pessoas de todas as esferas da vida. Lideranças comunitárias, docentes universitários, estudantes de pós-graduação, mães e pais, artistas, professores e professoras e estudantes de ensino

<sup>16</sup> France Winddance Twine, *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil* (New Brunswick, Rutgers University Press, 1998).

<sup>17</sup> Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio* (trad. P. Martinez-Cruz, Austin, Host, 2007) [ed. bras.: *Ponciá Vicêncio*, Belo Horizonte, Mazza, 2003].

médio, representantes de escolas de samba, servidoras e servidores públicos, amantes da música e outros viajaram a Brasília para participar do Festival Latinidades. O festival tem como foco as mulheres de ascendência africana, mas também participaram muitos homens e membros de diversos grupos raciais/étnicos de todas as partes e regiões do Brasil, bem como da Costa Rica, do Equador e de outras nações da América Latina e do Caribe. Essa heterogeneidade transregional e transnacional permitiu às participantes compartilhar estratégias para enfrentar os efeitos do racismo e do sexismo sobre as afro-latinas.

Porém, o aspecto inclusivo do festival também trouxe à tona uma compreensão abrangente da interseccionalidade que reflete a sinergia do trabalho intelectual e ativista. As tradições do ativismo das mulheres negras moldam tanto suas reuniões como seus eventos especiais. O Festival Latinidades não tratou apenas da necessidade de relação entre as divisões sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade e capacidade; ele também promoveu oportunidades para que essas relações se estabelecessem. Lideranças comunitárias se aproximaram de pessoas do meio acadêmico, assim como jovens se aproximaram de pessoas idosas reverenciadas. Por exemplo, o discurso de abertura do evento, proferido por Angela Davis, levantou a plateia, muitas pessoas ergueram os punhos como na saudação Black Power. O festival também teve tempo para uma reunião de planejamento a fim de informar as participantes sobre a Marcha das Mulheres Negras que seria realizada no Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo [13 de maio]. Outra vertente da programação enfatizou a importância das tradições culturais diaspóricas africanas, principalmente no Brasil. Escritoras e escritores, artistas, ativistas e integrantes da academia aprenderam uns com os outros. De conteúdo de aulas acadêmicas a oficinas sobre estética e beleza negra para meninas, aulas sobre a arte dos turbantes e suas conexões com a beleza negra, capoeira e cerimônia de plantio de mudas de baobá sagrado, o Festival Latinidades vê a cultura como uma dimensão importante da vida das afro-latinas e afro-caribenhas. Depois de dois dias intensos de oficinas, palestras e filmes, participantes do festival saíram do museu e ocuparam a ampla praça em frente para desfrutar de duas noites de música ao vivo. O Festival Latinidades gerou muito trabalho e muita diversão.

O uso que o Festival Latinidades fez da interseccionalidade como ferramenta analítica para estruturar a conferência ilustra questões mais amplas ligadas ao fato de que o compromisso de longa data das afro-brasileiras de desafiar o racismo e o sexismo é reflexo do contexto social específico de suas experiências. Não obstante, o mito da democracia racial e a história específica do Brasil, com escravidão,

colonialismo, ditadura e instituições democráticas, moldaram padrões distintos de relações interseccionais de poder quanto a raça, gênero e sexualidade. Encontros sexuais, consensuais e forçados, entre populações de ascendência africana, indígena e europeia geraram um povo com variadas texturas de cabelo, cores de pele, formas físicas e cores de olhos, além de uma série de termos complexos e historicamente voláteis para descrever as misturas resultantes. A cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais. Como destaca Kia Caldwell,

a popular imagem do Brasil como um país carnavalesco, um paraíso tropical, tem desempenhado papel central nas construções contemporâneas de identidade social das mulheres mulatas. A reputação internacional do Brasil como democracia racial está intimamente ligada à objetificação sexual de mulheres de origem racial mista como a essência da brasilidade.<sup>18</sup>

Normalmente, as afro-brasileiras de origem mista ou com características físicas mais europeias são consideradas mais atraentes. Além disso, em geral as mulheres de visível ascendência africana são construídas como não sexualizadas e, frequentemente, como trabalhadoras assexuais ou, ao contrário, como prostitutas<sup>19</sup>. A aparência não apenas carrega um peso diferencial para homens e mulheres, mas diferentes estereótipos relacionados às mulheres negras se apoiam em crenças sobre sua sexualidade. Essas ideias remontam às noções de identidade nacional, usando raça, gênero, sexualidade e cor como fenômenos interseccionais.

A estrutura interseccional de construção mútua de categorias de identidade permitiu que as afro-brasileiras desenvolvessem uma política identitária. Nesse caso, elas cultivaram uma identidade feminista negra de feições políticas no cruzamento entre racismo, sexismo, exploração de classe, história nacional e sexualidade. O espaço político criado pela reinstalação da democracia no fim da década de 1980 beneficiou tanto as mulheres como a população negra. No entanto, houve uma diferença significativa entre os dois grupos. Em um ambiente em que os direitos das mulheres englobavam apenas as necessidades das mulheres brancas e a população negra vivenciava um racismo antinegro sob uma suposta democracia racial, as afro-brasileiras recebiam um tratamento diferenciado tanto no movimento

<sup>18</sup> Kia Lilly Caldwell, *Negras in Brazil: Re-envisioning Black Women, Citizenship, and the Politics of Identity* (New Brunswick, Rutgers University Press, 2007), p. 58.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 51.

feminista quanto no movimento negro. Obviamente, mulheres e homens tiveram experiências diferentes na sociedade brasileira – não havia necessidade de advogar pela integridade das categorias em si. No entanto, a constituição do movimento de mulheres, mesmo em torno de um tema tão inequívoco quanto a “mulher”, foi influenciada por outras categorias. Como as mulheres das classes alta e média eram vitais para o movimento feminista, as demandas políticas foram moldadas por um *status* marcado pela categoria de classe, não marcado ainda pela categoria de raça (pois a maioria era branca). O sucesso da eleição de mulheres para cargos políticos no Brasil é reflexo das alianças entre mulheres de todas as classes sociais. Com a notável exceção de Benedita da Silva, primeira mulher negra eleita para a Câmara dos Deputados (1986) e para o Senado (1994), o feminismo levantou questões de gênero e sexualidade, mas de maneira que não envolvia a questão do racismo antinegro, tão importante para as afro-brasileiras.

Diferentemente das brasileiras brancas, a população brasileira negra de todos os sexos e gêneros teve de criar uma identidade política coletiva como “negra” para construir um movimento social antirracista que mostrasse os efeitos do racismo antinegro. A escravidão transatlântica legou ao Brasil uma grande população de ascendência africana – 50% da população brasileira, segundo estimativas. Quem reivindicava uma identidade “negra” parecia contradizer a identidade nacional da democracia racial e, portanto, arriscava-se a acusações de desonestidade e contestações de sua plena nacionalidade. Nesse sentido, o movimento negro que surgiu nos anos 1990 não exigiu tratamento igual para um grupo já reconhecido no interior do Estado democrático. Pelo contrário, tal reconhecimento significava nomear um segmento considerável da população e reconhecer que este sofria discriminação racial antinegra<sup>20</sup>.

Nem o feminismo brasileiro, liderado por mulheres que eram sobretudo ricas e brancas, nem o movimento negro, que estava ativamente engajado em reivindicar uma identidade negra coletiva que identificava o racismo como uma força social, poderiam por si sós abordar de maneira adequada as questões das afro-brasileiras. Mulheres negras que participavam do movimento negro tinham aliados combativos quando se tratava de ativismo negro antirracista, mas encontravam muito menos compreensão a respeito do fato de que os problemas enfrentados pela população

<sup>20</sup> Michael Hanchard, *Orpheus and Power: The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-1988* (Princeton, Princeton University Press, 1994) [ed. bras.: *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, EdUERJ., 2001].

negra possuíam formas específicas de gênero. De fato, as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. A história da análise de classes no Brasil, que via o capitalismo e os direitos da classe trabalhadora como forças importantes na formação da desigualdade, abriu espaço para indivíduos excepcionais, como Benedita da Silva. No entanto, quando se tratava de raça como categoria de análise, as mulheres negras enfrentavam pressão similar para subordinar suas preocupações específicas à bandeira da solidariedade de classe. Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimentos da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio.

Dar um passo atrás para ver as ideias e as ações das mulheres negras brasileiras mostra como uma política identitária coletiva emergiu de um entendimento politizado de uma identidade coletiva de mulheres negras com base em experiências comuns de dominação, exploração e marginalização<sup>21</sup>. Por exemplo, quando as trabalhadoras domésticas negras se organizaram, ficou nítido que as mulheres de ascendência africana eram desproporcionalmente representadas nessa categoria ocupacional. Nem todas as trabalhadoras domésticas eram “negras”, mas essa categoria de emprego estava intimamente associada às mulheres negras. As afro-brasileiras eram mais vulneráveis à violência, sobretudo as que moravam em favelas e faziam trabalho doméstico. Inspiradas nos laços culturais com a diáspora africana, as ativistas negras também consideraram importante para a ação política seu papel como mães e mães de criação. As mulheres de ascendência africana sabiam, por experiência pessoal, que faziam parte de um grupo que compartilhava certas experiências coletivas. Eram desproporcionalmente representadas no trabalho doméstico. Sua imagem foi aviltada na cultura popular. Eram alvo desproporcional de violência misógina. Eram mães que não tinham recursos para criar seus filhos como gostariam, mas tinham laços com o valor atribuído à maternidade na diáspora africana. No entanto, porque careciam de uma identidade política e análises complementares para se apegar a essas experiências, não conseguiam articular uma política identitária coletiva para expressar suas preocupações. Nenhum de seus aliados mais próximos – homens negros no movimento negro, ou mulheres

<sup>21</sup> Kia Lilly Caldwell, *Negras in Brazil*, cit.



brancas no movimento feminista, ou socialistas nas organizações que defendiam os direitos da classe trabalhadora – defenderia visceralmente os principais interesses dessas mulheres com tanto fervor quanto elas mesmas<sup>22</sup>.

O Festival Latinidades foi um marco na longa luta para que raça, gênero, classe, nação e sexualidade fossem reconhecidos como aspectos multidimensionais construtivos da vida das afro-brasileiras. Foi, ao mesmo tempo, uma celebração e um compromisso de continuação da luta. No entanto, como sugere a morte prematura de Marielle Franco (1979-2018), a construção de um movimento de mulheres afro-brasileiras não é fácil, tampouco chegou ao fim. Marielle era uma mulher negra e bissexual que cresceu em uma favela do Rio de Janeiro. Foi uma das ativistas e políticas mais sinceras de sua geração no Brasil. Eleita para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2016, presidiu a Comissão de Defesa das Mulheres e condenou ferozmente os assassinatos cometidos por policiais e a violência policial contra as mulheres. A forte capacidade de mobilização popular e a presença na mídia social fizeram dela uma defensora altamente eficaz dos direitos de mulheres negras, jovens e LGBTQs. O assassinato político de Marielle Franco fez dela um ícone da resistência democrática e da luta pela justiça social no Brasil e no exterior. Defensora dos direitos humanos, sua vida e sua morte nos lembram a importância da interseccionalidade para os movimentos de justiça social.

## PRINCIPAIS IDEIAS DAS ESTRUTURAS INTERSECCIONAIS

Nossos três usos da interseccionalidade como ferramenta analítica – a saber, como a Copa do Mundo da Fifa ilustra as relações de poder interseccionais; o crescente reconhecimento da desigualdade econômica como um problema social global; e como a interseccionalidade se manifestou no movimento das mulheres negras no Brasil – podem parecer bem diferentes um do outro. Porém, juntos eles elucidam seis ideias centrais da interseccionalidade: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. Assim como esses temas reaparecem dentro da própria interseccionalidade, embora de formas diferentes, eles se repetem de diversas maneiras ao longo deste livro. Apresentados brevemente aqui, nós os desenvolveremos em capítulos futuros e retornaremos a eles no capítulo 8.

<sup>22</sup> Sueli Carneiro, “Defining Black Feminism”, em Achola O. Pala (org.), *Connecting Across Cultures and Continents: Black Women Speak Out on Identity, Race and Development* (Nova York, UN Development Fund for Women, 1995), p. 11-8.

Primeiro, cada um dos três casos discutidos ilustra análises interseccionais de *desigualdade social*, embora a partir de pontos de vista muito diferentes. O caso da Copa do Mundo de Futebol da Fifa contrasta a representação da justiça dentro de campo com as desigualdades sociais de gênero, raça, nação e classe que caracterizam as práticas da Fifa. Por outro lado, o caso da atenção que a crescente desigualdade global despertou na ISA e na Conferência sobre Capitalismo Inclusivo ilustra como a interseccionalidade pode fornecer explicações diferentes para a desigualdade econômica. As filosofias da social-democracia e do neoliberalismo, ao moldar políticas públicas, têm efeitos importantes sobre a desigualdade econômica que caracteriza a desigualdade social. O movimento de mulheres afro-brasileiras mostra que os movimentos sociais constituem importantes respostas políticas aos padrões nacionais de desigualdade social, no caso em questão, as interseções de racismo, sexismo, exploração de classe e identidade nacional. A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder.

Segundo, esses casos destacam diferentes dimensões de *relações de poder interseccionais*, bem como as respostas políticas que se dão a elas. O caso da Copa do Mundo da Fifa ilustra como as relações de poder interseccionais são organizadas e operam em uma instituição social em que a ideologia do *fair play* mascara diferenças significativas de poder. Esse caso mostra que as relações de poder interseccionais devem ser analisadas por meio de interseções específicas – por exemplo, racismo e sexismo, ou capitalismo e heterossexismo –, bem como entre domínios de poder – a saber, estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal. O caso da desigualdade social global mostra que as estruturas interseccionais que levam em consideração as relações de poder, principalmente aquelas que analisam como o poder do Estado-nação trabalha com diferentes filosofias da social-democracia e do neoliberalismo, levantam novas questões sobre desigualdade social global. Por outro lado, o movimento das mulheres afro-brasileiras revela como as pessoas comuns se organizam para se opor às relações de poder que as prejudicam. Ao examinar como as mulheres negras no Brasil se organizaram para resistir às múltiplas formas de desigualdade social, o ativismo delas mostra como o engajamento de movimentos sociais comunitários e movimentos sociais de base gerou análises e práticas interseccionais.

Esses casos iluminam um terceiro tema central da análise interseccional, a saber, a importância de examinar as relações de poder interseccionais dentro de um *contexto social*. Como analisar a interseccionalidade em um contexto social global é um tema forte deste livro, selecionamos casos que oferecem diferentes lentes sobre a interseccionalidade em um contexto global, tomando o cuidado de destacar contextos nacionais e contextos particulares dentro deles. A contextualização é especialmente importante para projetos interseccionais produzidos no Sul global. Assim como as atletas da África do Sul, Jamaica e Nigéria enfrentaram obstáculos para participar da Copa do Mundo da Fifa, acadêmicos e ativistas de ambos os sexos que trabalham em Estados-nação do Sul global enfrentam dificuldades para alcançar públicos mais amplos. Selecionamos o caso do movimento das mulheres negras no Brasil para ilustrar quantas das ideias mais proeminentes da interseccionalidade refletem preocupações específicas de um grupo em contextos sociais específicos – nesse caso, mulheres negras no Estado-nação brasileiro com uma história de escravidão e colonialismo. Assim como o feminismo afro-brasileiro situa a interseccionalidade em um contexto brasileiro, outras expressões de interseccionalidade exigem uma contextualização semelhante. A análise da Copa do Mundo examinou os contornos globais das relações de poder interseccionais. A análise do crescente reconhecimento da desigualdade econômica global enfatiza a importância das políticas dos Estados-nação e dos contextos sociais das instituições governamentais.

Quarto, esses casos mostram como a *relacionalidade* afeta todos os aspectos da interseccionalidade. A relacionalidade abrange uma estrutura analítica que muda o foco da oposição entre as categorias (por exemplo, as diferenças entre raça e gênero) para o exame de suas interconexões. A relacionalidade assume várias formas dentro da interseccionalidade e é encontrada em termos como “coalizão”, “solidariedade”, “diálogo”, “conversa”, “interação” e “transação”. Porém, a terminologia é menos importante que enxergar como essa mudança de perspectiva com relação à relacionalidade abre novas possibilidades para a investigação e a práxis da interseccionalidade. Por exemplo, em relação à investigação, o caso da desigualdade econômica global ilustra como argumentos somente de classe podem ser insuficientes para explicar a desigualdade social global e quais análises interseccionais que examinam relações entre classe, raça, gênero e idade podem ser mais valiosas. Da mesma forma, em relação à práxis, o movimento de mulheres afro-brasileiras ilustra como a interseccionalidade emergiu na construção de coalizões para um movimento social intergeracional.

Quinto, esses casos revelam a *complexidade* da análise interseccional crítica. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica é difícil, precisamente porque a própria interseccionalidade é multifacetada. Como visa a entender e analisar a complexidade do mundo, a interseccionalidade requer estratégias complexas. Em vez de proclamar que a complexidade é importante, nossa intenção é demonstrar, por uma seleção de casos, essa natureza multifacetada da interseccionalidade. Cada um desses casos é uma versão altamente abreviada de um argumento interseccional bem mais complexo. Partimos de uma instituição social conhecida (Fifa), um importante problema social (desigualdade social) ou um fenômeno político aparentemente invisível (movimento de mulheres negras), mas devemos incorporar níveis de análise cada vez mais complexos. Interseções de raça e gênero podem apontar para a necessidade de uma análise de classes ou interseções de nação e sexualidade podem indicar a necessidade de outras categorias de análise. Tal complexidade não facilita a vida de ninguém. Ela complica o trabalho e pode ser uma fonte de frustração para acadêmicos, profissionais e ativistas de ambos os sexos. No entanto, a complexidade não é consequência do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, mas algo que aprofunda a análise interseccional.

Por fim, certo compromisso com a *justiça social* influenciou historicamente grande parte da investigação e da práxis críticas da interseccionalidade. Selecionamos esses casos para apresentar a interseccionalidade, pois todos demonstram como seu uso enquanto ferramenta analítica crítica está conectado a um *éthos* da justiça social. O que faz com que um projeto seja interseccional crítico é sua conexão com a justiça social. Por exemplo, nossa análise da desigualdade econômica global ilustra como a promoção da justiça social requer análises complexas da desigualdade econômica global.

No entanto, como os laços da interseccionalidade com a justiça social podem não ser evidentes, a necessidade de seguir uma agenda de justiça social como uma dimensão essencial da interseccionalidade é controversa. Muitas pessoas acreditam que os ideais sociais, como a crença na meritocracia, na justiça e na realidade da democracia, já foram alcançados. Para elas, não há crise global de desigualdade social, porque a desigualdade econômica é o resultado de uma competição justa e de instituições democráticas em pleno funcionamento. A desigualdade social pode existir mesmo não sendo socialmente injusta. Nossos casos desafiam essa visão, sugerindo que a Fifa reproduz a desigualdade social de maneiras que não são justas nem honestas. A justiça social é ilusória em sociedades desiguais, nas quais as regras podem parecer justas, mas são aplicadas de maneira diferenciada por

meio de práticas discriminatórias, como é o caso da democracia racial no Brasil. A justiça social também é ilusória onde aparentemente as regras são aplicadas de maneira igual a todos, mas ainda assim produzem resultados desiguais e injustos: nas social-democracias e nos Estados-nação neoliberais, todos podem ter o “direito” de votar, mas nem todos têm igual acesso para fazê-lo, e os votos têm pesos diferentes.

Nosso objetivo neste livro é democratizar a rica e crescente literatura sobre a interseccionalidade – não presumindo que apenas estudantes de origem afro-americana se interessem pela história negra ou que só jovens LGBTQ tenham interesse nos estudos *queer*, tampouco que a interseccionalidade seja destinada apenas a um segmento da população. Ao contrário, convidamos leitoras e leitores a usar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para examinar uma variedade de tópicos, como os que são discutidos aqui. Neste capítulo, apresentamos algumas das principais ideias sobre a interseccionalidade usando ela própria como ferramenta analítica. Nos capítulos 2 e 3, examinaremos mais detidamente a estrutura analítica da interseccionalidade, apresentaremos a distinção da interseccionalidade como forma de investigação e como práxis e identificaremos o surgimento dessas ideias. Nos capítulos 4 e 5, voltaremos ao uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, mostrando sua utilidade na análise de fenômenos globais – em especial os fenômenos relacionados a direitos humanos, direitos reprodutivos, mídia digital, protesto social global e políticas estatais neoliberais. Nos capítulos 6 e 7, abordaremos a política identitária e a educação crítica como duas questões importantes que moldaram a interseccionalidade como discurso. Nosso capítulo final revisita o desafio que é usar a interseccionalidade como ferramenta analítica, bem como as formas variadas que seus principais temas – a saber, a desigualdade social, a relacionalidade, o poder, o contexto social, a complexidade e a justiça social – podem assumir.